

CABURÉ

V. 3, N. 1 (2024)

Editorial

LINGUAGEM, GÊNERO E SEXUALIDADE: A TRANSVERSALIDADE (A INDISCIPLINARIDADE) NA FORMAÇÃO DOCENTE COMO GARANTIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

LANGUAGE, GENDER AND SEXUALITY: TRANSVERSALITY (AND
INDISCIPLINARITY) IN TEACHER TRAINING AS A GUARANTEE
OF EDUCATION IN HUMAN RIGHTS

Ismar Inácio dos Santos Filho

Professor associado no curso de Letras-Língua Portuguesa (UFAL-Campus do Sertão), docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL-FALE-UFAL) e coordenador-líder do Grupo de Estudos em Linguística Aplicada/Queer em Questões do Sertão Alagoano (Gelasal).

Após um hiato em suas publicações, a revista “Caburé – Saberes acadêmicos interdisciplinares”, vinculada à Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CoPeP-UFAL-Campus do Sertão), publica seu volume 3, número 1, de 2024 (em publicação em 2025), dossiê intitulado “Em ‘Linguística Aplicada’, reflexões sobre ‘gênero neutro’ como polêmica – na formação em Letras-Língua Portuguesa (e outros aspectos sobre linguagem e gênero)”, composto por uma opinião e seis artigos escritos por estudantes em formação em Letras-Língua Portuguesa, especificamente a partir de estudos teórico-conceituais e atividades desenvolvidas em duas ofertas do componente curricular “Linguística Aplicada”, que é ministrado no 6º período do curso. Neste dossiê, há textos oriundos das reflexões realizadas em Linguística Aplicada em 2020 e 2022 (no período pandêmico, em aulas remotas), datas marcadas ao final de cada uma dessas produções acadêmicas. Possivelmente, essas e esses estudantes que assinam os textos já tenham concluído o curso.

Ao considerarmos o título desta edição de “Caburé”, já sabemos que se trata de publicações que discutem sobre a amálgama *linguagem, gênero e sexualidade*, com foco na polêmica dos usos linguísticos denominados de “gênero neutro”, ou de “linguagem neutra”, com exceção do último artigo, que problematiza o ensino de Língua Portuguesa em livro didático e traz a proposição de uma intervenção nesse material escolar, incluindo a abordagem do tema “sotaque gay”, ou “voz de gay”, junto ao conteúdo “fonema e letra”. Mas, o que justificaria essa tematização na formação docente inicial em um curso de licenciatura em Letras-Língua Portuguesa?

Podemos argumentar que compreendemos a escola, aqui sendo entendida como uma instituição sistematizada de educação (o que passaria a incluir as instituições de ensino superior) como um local em que a formação deve garantir uma transição do mundo privado para o mundo público, conforme bem discute e argumenta Sílvio Gallo, em Gallo e Mendonça (2020), no lançamento do livro “A escola: uma questão pública” (Parábola, 2020), para abrir possibilidades de vivências e convivências em um mundo plural, múltiplo, no qual caberiam todas as diferenças possíveis e imagináveis. Digo, no qual cabem todas as diferenças impossíveis e inimagináveis, ao assumir uma postura de insurgência. Seffner (2019) está alinhado à posição desse filósofo, ao argumentar que sim, que gênero e sexualidade são conteúdos escolares, como possibilidades de fazer alargar a compreensão sobre o mundo. Mas, alerta que são temas escolares não só como uma temática relacionada à questão da saúde e da doença, que se efetivaria apenas nas aulas de Biologia.

Para Seffner (2019), questões que envolvem gênero e sexualidade são sim temas escolares, que devem estar nas diversas disciplinas, para que sejam aprendidos em sua condição conceitual e factual, mas também para o processo de sociabilidade para o espaço público, o que, a nosso ver, estaria para os aspectos de conteúdos atitudinais, em relação aos conceitos, aos fatos e aos procedimentos. Para esse pesquisador, esses temas devem ser objeto de estudos na Educação Física, na qual poderiam ser discutidas as performances de gênero nos esportes, por exemplo, e na História, para que sejam problematizados os traços históricos das relações entre gênero e também para que ocorra uma problematização acerca de instituições e suas relações no controle dos gêneros, dos corpos, tais como a igreja e o casamento. Na Geografia, na Geografia Humana, podem ser realizados

estudos a respeito de características de ponto de vista de gênero e sexualidade, tais como salários, escolaridade etc.

No meu caso, como docente em um curso de licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, e em diálogos com esses posicionamentos anteriormente mencionados, e com outros relacionados a uma noção de língua não cartesiano-positivista, a exemplo do que encontramos nas pesquisas do linguista aplicado Luiz Paulo da Moita Lopes, corroboro a ideia de que gênero e sexualidade são temas nos estudos em linguagem, compreensão que nos faz tratar da interface linguagem, gênero e sexualidade, em sua transversalidade e *indisciplinaridade*. Logo, é tema na formação docente, porque *é/deve* ser tema também no componente curricular Língua Portuguesa, para fazer problematizar a relação língua(gem) e vida social. Nesse sentido, o que parece ser uma simples abordagem sobre “contos”, em livros didáticos de Língua Portuguesa, como ocorre na coleção de didáticos “Português: Linguagens”, de William Cereja e Carolina Dias Viana, 2022, pela Editora Saraiva, mobiliza junto ao conteúdo sobre narrativas ficcionais a tematização de relações de gênero (e sexualidade), ao produzir sentidos sobre homens e mulheres em relações cisheteronormativas, sobre família e sobre o papel ainda submisso das mulheres, conforme analisa Gilvan Mendonça dos Santos (sob minha orientação), em sua pesquisa de Mestrado, no PPGLL-FALE-UFAL, em fase de conclusão.

Estamos diante ou não da amálgama “linguagem, gênero e sexualidade” nas aulas de Língua Portuguesa, na educação básica? “Sim” é a resposta. Desse modo, uma formação docente na graduação que forneça os elementos necessários a uma compreensão e posturas críticas é urgente. Nessa perspectiva, as ideias sobre língua, linguagem, discursos, letramentos e vida social nas reflexões da Linguística Aplicada Indisciplinar podem ser (e são) uma chave muito importante para enfrentarmos o cenário atual em que se construiu um pânico moral-sexual para os temas relacionados a gênero e a sexualidade, no projeto “Escola sem partido” (por exemplo), sob as alegações infundadas de uma “ideologia de gênero”. Nos dias atuais, sob formas de projetos de lei, como o Projeto 3.325/2020, da Alerj, discutido no capítulo 1, com Eric Araújo Teixeira. Sendo assim, tal como Moita Lopes (2002) já discutia na década de 1990, é urgente que docentes em serviço (e em formação) tenham a compreensão de que gênero e sexualidade estão no cotidiano escolar, atrelados a práticas discursivas, no sentido de que nós somos os textos em que circulamos, ou porque nossos corpos carregam discursos como parte do seu próprio sangue, na argumentação de Butler (2002).

Por considerar esses fundamentos epistemológicos, que me soam como fundamentos também pedagógicos, quando dialogamos com D’Ávila e Ferreira (2019), que dizem que esses estão para aqueles relacionados à dimensão epistemológica e filosófica dos saberes didáticos e suas práticas, na oferta da disciplina “Linguística Aplicada”, em 2021, tivemos como um dos objetivos “Conhecer, discutir e problematizar a polêmica acerca dos usos linguísticos ‘inclusivos’ a partir da problematização da noção de língua na Linguística Aplicada”, como uma necessidade daqueles dias, de enfrentamento à polêmica instaurada e de enfrentamento aos discursos de ódio disfarçados de saberes linguísticos sérios. Continuamos ainda nesse cenário. Por isso, aquelas aulas seguiram uma postura de uma “didática sensível”. Cinco textos neste dossiê são fruto dessas aulas. Outros dois foram produzidos na mesma disciplina, na oferta de 2022, que também transversalmente tratou de linguagem, gênero e sexualidade. Na verdade, compreendo que esse é um conteúdo transversal, tal como proposto

nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na década de 1990. Assim, discussões sobre linguagem, gênero e sexualidade aparecem nas minhas aulas de “Morfologia do Português”, de “Didática de Língua Portuguesa”, de “Atividade de Curricularização da Extensão 4” (que tem essa interface como objeto específico, para pensar a formação e as práticas docentes de Língua Portuguesa) e em “Linguística Queer”, por exemplo.

Com essa postura e compreensão, a publicação deste dossiê se faz importante hoje, em 2025, principalmente como resultado de estudos em turmas de formação docente. Entretanto, é preciso também argumentar que, seja pelos PCNs, que trouxeram gênero e sexualidade como temas transversais, na década de 1990, ou seja pela Resolução n. 1, de maio de 2012, que trouxe as “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (que reconhecemos ainda como válidas), as aulas naquelas ofertas em 2021 e 2022 estavam também embasadas em aparelhos legais brasileiros, no sentido de que se espera uma formação que esteja pautada em, e que possa garantir na educação básica, um ensino escolar que reconheça e cuide dos direitos fundamentais, como diretos à vida, à dignidade da pessoa humana, em uma *Educação em Direitos Humanos*, em um currículo transversal, e indisciplinar. Explicitamente essa orientação também está nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica”, na Resolução CNE/CP, n. 4, de maio de 2024, quando afirma, no artigo 14, parágrafo 2º, que

Os cursos de formação inicial deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas pública e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, **direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, Libras e Educação Especial. (Brasil, 2024).

Desse modo, os estudos realizados, que aparecem aqui em forma de artigos, produzidos por docentes em formação inicial, têm caráter conceitual e legal, que, conforme argumenta Seffner (2020), assumem ares de “categorias de ação política”, com preocupações com a vida e o bem-estar social. Nos textos, há uma reflexão sobre a guerra discursivo-cultural em torno da linguagem neutra, uma polêmica, que, tal como discute Maria Edja Dias de Souza, no “Opinião”, torna-se um objeto de estudos em Linguística Aplicada. Para problematizar essa polêmica, há discussões sobre noções de língua, sobre processos de teorização linguística, sobre indisciplinaridade e sobre a Língua Portuguesa. Eric Araújo Teixeira coloca em pauta um projeto de lei, da Alerj, de 2020, que objetivou proibir os usos da linguagem neutra em escolas do Rio de Janeiro. Rafael Gonçalves dá foco à defesa da gramática normativa que se faz no posicionamento contrário aos usos do gênero neutro. Ernando Nunes Cabral Filho apresenta-nos a possibilidade de diálogos com a “Antropologia da Linguagem”, com Èmile Benveniste, como formas outras de refletir sobre a linguagem neutra. Maria Elizabete do Nascimento Barboza fala de uma noção insurgente de língua e mobiliza discursos midiáticos,

como em um *meme*, para problematizar as posições contrários aos usos do gênero neutro. Maria Alice Ribeiro Sousa e Elivelton Soares Maciel desmontam, morfológicamente falando, o posicionamento, em uma rede social, de uma professora de Língua Portuguesa contrária aos usos do “gênero neutro”. Por fim, Maria Alice Ribeiro Sousa, Josiane Alves dos Santos, Raísa Roberta dos Santos, Elivelton Soares Maciel, José Diógenes Alves Pereira e Kevin Dayson de Oliveira Silva apresentam uma proposta de intervenção em um livro didático de Língua Portuguesa, no conteúdo “fonema e letra”, na qual inserem uma problematização sobre “sotaque gay”.

Façamos todes uma boa leitura!

Referências

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria... [Entrevista por Baukje Prins e Irene Costera Meijer]. **Estudos feministas**, ano 10, 1º semestre, p. 155-167, 2002.

D’Ávila, Cristina; FERREIRA, Lúcia Gracia. Saberes estruturantes da prática pedagógica docente – um repertório para a sala de aula. In. MARIN, Alda Junqueira... [et. al.]. **Didática: saberes estruturantes e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 33-49.

GALLO, Sílvio; MENDONÇA, Samuel. A escola; uma questão pública. Parábola Editorial. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1iXjRXQfjzA&t=13s>. Acesso em: 16 fevereiro 2025.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade – o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, vol. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020.

SEFFNER, Fernando. Por que ensinar sobre gênero nas escolas? Território Escolar. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9CjCczKXk0>. Acesso em: 16 fevereiro 2025.

Delmiro Gouveia (AL), 17 de fevereiro de 2025.

ISMAR INÁCIO DOS SANTOS FILHO

EDITOR-GERENTE
Organizador do Dossiê